
DEIXADOS NAS PORTAS: RECÉM-NASCIDOS ABANDONADOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

CHILDREN LEFT AT DOOR STEPS: THE ABANDONED NEW BORN BABIES AT FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Thiago de Paula
Doutorando em História pela UFPR
E-mail: thiagotorres2003@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão sobre o espaço da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII, nela evidenciando o caso de crianças recém-nascidas abandonadas em meio à comunidade, que foram depositadas nas soleiras das casas pelos mais variados motivos, frisando que não será finalidade identifica-los em função dos limites impostos pela documentação. Na pesquisa, foi utilizada a seguinte documentação: os assentos de batismo e óbito, tais fontes permitiram identificar um baixo índice de abandono de recém-nascidos e uma possível “circulação de crianças”, o ato de entregar o filho para outrem criar, sustentada por uma complexa rede de relações interpessoais, especificamente o compadrio.

PALAVRAS CHAVE: Freguesia. Criança. Abandono. Nossa Senhora da Apresentação.

ABSTRACT: This work aims to present discussion related to the Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a civil parish at a Rio Grande do Norte captaincy in the second half of the eighteenth century. It deals specifically with the case of the abandonment of new born babies in the community. The research used the following manuscript documents: baptism and death documents at Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. These information fonts enabled the identification of the low abandonment statistics on behalf of the new born as well as permitted an analysis of the “children’s whereabouts” that is considered a complex inter-personal social network.

KEY WORDS: Captaincy. Civil Parish. Children. Abandonment.

O objetivo deste texto é apresentar uma discussão sobre o território da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, evidenciando, sobretudo, a existência de crianças recém-nascidas expostas ou abandonadas em meio à comunidade que vivia em seu espaço, particularmente na segunda metade do século XVIII. Queremos inicialmente esclarecer que no período que vamos analisar não se utilizava o termo abandonado para se fazer referência a crianças, do qual se valiam, contudo, padres, autoridades de todos os níveis e a população em geral (VENANCIO, 1999).

Sendo assim, a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na capitania do Rio Grande do Norte, correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa, onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços em que a população vivia dispersa em diferentes fazendas,

mesmo existindo pequenos povoados (MONTEIRO, 2000). Lugar onde supostamente ocorreu uma “circulação de crianças” recém-nascidas, conceito este utilizado por Fonseca (2006, p. 116) “para designar toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro [...]”.

Frisamos ainda que as freguesias tinham duas funções: a primeira era cuidar da consciência e vivência cristãs de seus habitantes, possibilitando que estes estivessem enquadrados no mundo de normas da Igreja; e a segunda, estava ligada à burocracia eclesiástica e estatal, gerando documentos de batismo, casamento e óbito e fornecendo listas de habitantes as quais permitiam que as autoridades coloniais tivessem um maior controle sobre as taxas de crescimento e comportamento dos colonos (MELLO E SOUZA, 1999; MACEDO, 2002).

Segundo Cascudo (1999), não se tem conhecimento da data de criação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, apesar da igreja matriz ter sido erguida com a própria fundação da cidade do Natal, em 25 de dezembro de 1599. Porém, é sabido que tal área de assistência religiosa já existia em princípios do século XVIII e que na primeira metade dessa centúria já dividia os espaços da capitania com outras freguesias, como a de Açu, a de Goianinha e a de Caicó (CASCUDO, s.d.).

Lyra (1998), ao escrever sobre a freguesia que ele também denomina de Freguesia da cidade do Natal, no período que corresponde à segunda metade do século XVIII, realiza uma série de considerações de caráter geográfico. Segundo o referido autor, esse espaço comportava uma cidade que na época continha 118 casas, com 400 braças de comprimento e 50 de largura de extensão povoada, tendo fim em um lugar chamado Ribeira, onde havia um rio navegável denominado Rio Grande, em cuja barra existia uma fortaleza.

Mais três áreas de povoamento com muitos moradores completavam o espaço. Eram duas na parte norte, Ceará-Mirim e São Gonçalo, e uma última ao sul, conhecida como Papari ou ribeira do Mipibu. A primeira era banhada por três rios inavegáveis que nascem no sertão e desbocam no mar, a saber: o Ceará-Mirim, o Maxaranguape e o Punaú, sendo o segundo e o terceiro de águas doces; o último, em sua barra, apresentava uma enseada que dava apoio às naus que viajavam pela costa. A segunda apresentava uma capela de invocação do mesmo santo (São Gonçalo), banhada por um rio chamado Potengi, que também nasce no sertão e faz barra no rio da cidade, tendo uma parte navegável que só corre em anos chuvosos. A última área, em sua dimensão territorial, apresentava uma capela de invocação a Nossa Senhora do Ó, sendo banhada por dois rios inavegáveis, o Cururu e o Pirangi, que, tais como os outros, nascem no sertão e deságuam na costa.

Nessa freguesia, as áreas de povoamento que, contando com a cidade do Natal, representavam um número de quatro, foram marcadas pela distância entre elas, pois, da cidade até Ceará-Mirim, São Gonçalo e Papari, eram respectivamente: quatro, três e dez léguas (LYRA, 1998). Para Medeiros Filho (1991), o “recorte geográfico” feito pela administração eclesiástica, que deu a essa região a configuração de freguesia correspondia, no período investigado, ao seguinte conjunto: uma igreja matriz de invocação a Nossa Senhora da Apresentação, um vigário, doze clérigos e nove capelas que assistiam a população. Durante a investigação documental, foi possível identificar mais quatro capelas que não foram citadas por esse autor. Em suma, a freguesia correspondia à igreja matriz e suas capelas anexas. O quadro abaixo permite observar o conjunto de capelas que estavam distribuídas nas ribeiras da jurisdição eclesiástica.

QUADRO 1 – Capelas da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1753-1795)

Capelas	Locais
Senhor São Gonçalo	Ribeira de São Gonçalo ou do rio Potengi
Senhor Santo Antônio	Ribeira de São Gonçalo ou do rio Potengi
Senhor Bom Jesus das Dores	Ribeira da cidade
Nossa Senhora dos Prazeres do Guajiru	Ribeira do rio Ceará-Mirim
Senhor São Miguel do Guajiru (Missão)	Ribeira do rio Ceará-Mirim
Nossa Senhora do Ó do Papari	Ribeira do rio Mipibu
Nossa Senhora de Santana (Missão)	Ribeira do rio Mipibu
Nossa Senhora da Conceição	Ribeira do rio Jundiáí
Nossa Senhora do Socorro da Utinga	Ribeira do rio Jundiáí
Nossa Senhora de Santa Ana do engenho do Ferreiro Torto	Ribeira do rio Jundiáí
Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga	–
Nossa Senhora de Solidade da Aldeia Velha	Ribeira do rio Grande
Senhores Santos Reis Magos da fortaleza	Barra do rio Grande

Fonte: LIVROS DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO (1753-1795).

A partir da década de 1760, a freguesia sofreu alterações de duas ordens, quais sejam, no seu espaço geográfico e na redistribuição de seus ambientes de adoração, capelas e igrejas. No que diz respeito à modificação territorial, tal ocorrido está relacionado com a política do Estado português durante o reinado de Dom José I. Essa política foi dirigida pelo maior representante desse monarca, o Marquês de Pombal, que, influenciado pelas ideias do Iluminismo, configurou uma administração de caráter civil em todos os níveis (MAXWELL, 1996).

A criação do Diretório dos Índios, em 1757, substituiu a administração religiosa dos aldeamentos pela civil. Com essa determinação do governo pombalino, os aldeamentos foram transformados em vilas, originando assim as primeiras da capitania do Rio Grande do Norte (MARIZ, 2002). Com isso, o poder civil foi se consolidando a partir de outras decisões como a expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus, do reino e de seus domínios de além-mar, determinação tomada pela carta régia de 3 de setembro de 1759 (CASCUDO, s. d.), seguida da ordem de estabelecimento das novas freguesias em Pernambuco e capitanias anexas, pelo ofício régio de 5 de agosto de 1764 (LOPES, 2003).

Os anos setecentistas representaram o período do povoamento “completo” da capitania, segundo Lyra (1998). Nesse período, mais especificamente na segunda metade do século XVIII, a cidade do Natal teve um considerável crescimento em sua população. No ano de 1726, possuía em seu espaço apenas 30 casas, feitas de barro. Em aproximadamente 23 anos, a povoação teve um aumento de 88 casas (CASCUDO, s. d.), como consequência da política de doações de terras realizada pelo Senado da Câmara (MEDEIROS FILHO, 1991).

Essa espécie de “revolução demográfica” que ocorreu no domínio português na América refletiu no aumento do índice de uma prática trazida pelos próprios portugueses para o Novo Mundo, que era a de abandonar crianças recém-nascidas (VALDEZ, 2003). Enjeitavam-se os recém-nascidos em todos os lugares: ruas, caminhos, logradouros, monturos, conventos, portas de igrejas e, principalmente, em portas residenciais. A existência desses enjeitados era fato, muitos deles morriam de fome, frio ou devorados por animais, como porcos e cães que vagavam pelas noites escuras das cidades, vilas e povoados coloniais (ROOSEL-WOOD, 1981).

Porém, com o aumento do número de abandonos, foram criadas junto às Irmandades da Misericórdia as Rodas dos expostos como uma espécie de repartição da Santa Casa da Misericórdia¹, realizando uma assistência que já havia em Portugal desde 1273 (SÁ, 1995). A

¹ Sobre a Roda dos expostos comenta-se que era: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num

primeira Roda foi criada na cidade de Salvador em 1726, a segunda na cidade do Rio de Janeiro em 1738 e a última do período colonial foi estabelecida em Recife, em 1789². Um dos elementos que existem em comum na criação dessas instituições diz respeito aos discursos dos governantes locais, sempre relacionados à grande quantidade dessas criaturas espalhadas pelos espaços de suas localidades, bem como ao princípio cristão da salvação da alma, pois elas morriam na sua maioria sem o batismo (VENANCIO, 1988; NASCIMENTO, 2005).

Na falta de uma Roda, era obrigação das Câmaras criar seus expostos, segundo as Ordenações Filipinas³. Contudo, seus membros resistiram ao encargo afirmando que tal função estava acima de suas possibilidades financeiras e organizacionais. Isso ocorria mesmo com as Câmaras mais ricas como, por exemplo, a de Mariana, na região das minas (MELO E SOUZA, 1991).

As Rodas, no período colonial, surgiram tardiamente e sempre foram em número insuficiente para suprir as demandas da época. Criadas apenas em três cidades foram fenômenos essencialmente urbanos e pontuais. Sendo assim, as crianças enjeitadas que não tiveram atenção, nem das Câmaras, nem das Rodas de expostos, acabaram sendo recolhidas pelos colonos, que as criavam por obrigação cristã ou por compaixão (MARCÍLIO, 2001).

Considerando que a segunda metade do século XVIII foi marcada pela consolidação do povoamento da capitania do Rio Grande do Norte e pelo crescimento da cidade do Natal, é preciso salientar que o índice de abandono no período estudado é relativamente baixo (3,9%), sendo todos os abandonos registrados realizados em domicílios durante todo o período, de forma contínua, “esparso”, e sem haver acentuação da prática de abandono em nenhum momento (PAULA, 2009). Com isso, buscamos apresentar uma realidade que fez parte da vida cotidiana dos colonos que viviam nessa região da América portuguesa. A cidade do Natal nunca teve uma Santa Casa da Misericórdia nem uma Roda dos expostos, contextos semelhantes a este no século XVIII de total ausência de assistência institucional, foram

pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. [...] Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informa aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital” (ROOSEL-WOOD, 1981. p. 233).

² A criação das Rodas está ligada a mudança no índice de abandono, que variou entre 20% e 25% em regiões portuárias como: Salvador e Rio de Janeiro (VENANCIO, 2002).

³ Ordenações Filipinas: código legal português criado em 1603, por Filipe I, ficando em vigor até 1830, composto por cinco livros. Era esta legislação que definia, tempo para criação e sustento dos expostos pelas Câmaras (FRANCO, 2006).

identificados por Cavazzani (2005) para Vila de Curitiba e por Bacellar (2005) para Vila de Sorocaba, todas localizadas no sul da América portuguesa.

Apesar de nosso processo investigativo se concentrar necessariamente na segunda parte do século XVIII, foi possível encontrar nos Assentos da igreja matriz, os quais registravam os enterramentos da população da freguesia, o caso de um homem chamado José, que morreu em 10 de novembro de 1761, com a idade de 68 anos, “pouco mais ou menos”. O que chama a atenção é que o defunto, quando recém-nascido, foi exposto em casa de Francisca de Tal, que na época era moradora no rio Potengi, dessa dita freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Sendo assim, esse ocorrido nos garante a existência de criaturas enjeitadas na comunidade desde o final do século XVII, mais precisamente o ano de 1693 (ASSENTO DE ÓBITO, 1761, f. 20v).

Temos conhecimento de que o índice de crianças enjeitadas nessa jurisdição eclesiástica não era elevado e de que o ato de mães ou qualquer outra pessoa de enjeitar durante as noites criaturas recém-nascidas foi representado por intervalos de dias, deixando bem evidente que essa realidade não perturbava o dia a dia da comunidade. Os domicílios que foram o destino da pequena população de expostos eram casas de pessoas que aparentemente eram apenas moradores ou, no máximo, fregueses⁴, pois os documentos não revelam suas posições sociais (PAULA, 2010).

Feitas essas considerações, podemos nos aproximar um pouco mais desses pequenos protagonistas da história e demonstrar o caso do exposto Lino, localizado entre os milhares de Assentos de batismo de crianças que nasceram livres, na condição de filhos legítimos e naturais⁵, que foram investigados para o período (ASSENTO DE BATISMO, 1763, f. 6.v). Porém, o que mais chamou a atenção nessa situação, em meio a tantas outras, é que o pequeno enjeitado não recebeu como padrinhos os moradores, nem o proprietário da casa onde ele foi exposto. Lino foi apadrinhado por um casal que provavelmente representava a elite local: o coronel Francisco da Costa de Vasconcellos e sua mulher Maria Rosa, sendo essa senhora natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e seu marido, da Freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba.

Devemos pontuar que o pequeno Lino foi exposto em casa de uma viúva chamada Rosa Maria Josepha e que a atitude dela em convidar o casal para padrinhos não foi um

⁴ Era freguês: “[...] o Assíduo, o frequentador habitual, o costumeiro assistente, embora não popular, traduzia literalmente a presença fiel do cristão aos ofícios de sua capela ou de sua igreja rural”. (CASCUDO, 1992, p. 10).

⁵ No século XVIII e XIX o termo utilizado nos documentos paroquiais para fazer menção aos filhos ilegítimos, era a palavra *natural* (PERARO, 2001).

simples acaso ou necessariamente por causa da posição social que Francisco da Costa de Vasconcellos, na condição de coronel que assumia, mas pela condição de saúde de sua esposa. A documentação aponta que o dito casal batizou o seu filho legítimo, na data de 3 de outubro de 1763, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, recebendo o nome de Roque (ASSENTO DE BATISMO, 1763, f. 3), sendo o pequeno enjeitado batizado na data de 18 de dezembro do mesmo ano, na mesma capela.

Agora compreendemos a escolha da viúva. Lino é abandonado em sua “porta”, há mais ou menos 75 dias após a senhora Maria Rosa ter dado à luz,⁶ tendo ela plenas condições também de sustentar o exposto com seu leite, “alimento que talvez não existisse na casa da viúva”, pois, segundo a religiosidade católica romana, na ausência dos pais, os padrinhos assumem a responsabilidade sobre a criança. Sendo o pequeno Lino de pais incógnitos, restava à sua madrinha assumir o lugar de sua genitora e tornar-se sua ama-de-leite. Em suma, movidos pela compaixão e pelo sentimento cristão, os ditos apadrinharam a criança e assim abriram a possibilidade para sua sobrevivência em um ambiente de alta mortalidade infantil.

Salientamos que essa linha de raciocínio desenvolvida por nós pode ser considerada no mínimo ingênua ou mesmo precipitada, em um primeiro momento, pois devemos lembrar que Dona Maria Rosa era esposa de um militar de alta patente e, como já foi mencionado, membro da elite local. Sendo assim, é bem possível que a tal senhora não alimentasse com o seu leite nem mesmo o pequeno Roque, seu filho, mas buscasse em algum lugar do espaço da freguesia uma mulher, fosse livre ou escrava, também em condições de amamentar para que lhe pudesse prestar os serviços de ama, prática essa tão comum entre as mulheres abastadas da sociedade colonial (MARCÍLIO, 1986) salvaguardando que, nos meios urbanos como Rio de Janeiro e Salvador, as candidatas a amas deveriam atender a alguns pré-requisitos, segundo as Santas Casas da Misericórdia.

QUADRO 2 – Qualidades que as mulheres deveriam ter para serem amas-de-leite

Deveriam ter entre 18 e 34 anos.
Teriam que ser bem formadas e conformadas de corpo, alegres, asseadas, modestas e de bons costumes.
Não deveriam ter menos de dois meses, nem mais de dez depois do parto.
Teriam que ter boa saúde, isentas de toda a qualidade contagiosa, como lepra, sarna, gálico,

⁶ Aparentemente eles moravam no mesmo espaço da freguesia, já que as duas crianças foram batizadas na mesma capela; sendo a comunidade pequena, não era difícil saber onde havia uma mulher que recém havia dado à luz, em condições de amamentar.

tísica e epilepsia.
Também não deveriam estar menstruadas.
Preferindo sempre as do campo.
E as que tivessem filhos homens.

Fonte: VENANCIO, 1999, p. 56-57.

O que não sabemos é se tais regras eram validadas para os espaços rurais. Contudo, analisando cuidadosamente a documentação produzida pelos párocos, foi possível entrever que as relações interpessoais na freguesia não eram das mais simples. Principalmente no caso do recém-nascido enjeitado, que recebeu o nome de Lino possivelmente na pia batismal, pois o Assento não revela que com ele tenha vindo um escrito indicando seu nome, já que a sua própria chegada no domicílio da viúva também não ocorreu por um mero acaso.

O batismo de uma escravinha por nome de Lusía, filha natural de Januaría e de pai desconhecido, é necessariamente o grande *filão* dessa “história” (ASSENTO DE BATISMO, 1763, f. 5), pois tanto Januaría quanto sua filha eram propriedades da viúva Rosa Maria Josepha. Lusía foi batizada na mesma capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiáí, espaço religioso onde também receberam os sacramentos Roque e Lino, na data de 30 de outubro, 1763. Foram seus padrinhos o coronel Francisco da Costa de Vasconcellos e a sua mulher Dona Maria Rosa.

As coisas tornam-se bem mais claras, para não dizer evidentes. A pessoa ou as pessoas que tiveram a iniciativa de abandonar o pequeno recém-nascido na “soleira” da dita viúva deveriam ter conhecimento, em maior ou menor grau, da existência de uma escrava parida naquele domicílio, a qual supostamente viria a ser uma ama-de-leite em potencial para aquela criança. Sendo assim, a presença de leite humano na residência deve ter motivado os pais ou simplesmente a mãe do pequeno desvalido a deixá-lo naquela casa, furtivamente, durante a noite.

Outro elemento importante a ser considerado é a relação que havia entre a viúva e o casal, que em um curto espaço de tempo, de mais ou menos 50 dias, tornaram-se padrinhos de duas crianças de um mesmo domicílio – frisando que não eram filhos legítimos, mas sim um escravo e um exposto. No entanto, podemos conjecturar que os laços de compadrio estabelecidos pela senhora Rosa Maria podem ter “garantido”, nesse caso, o alimento necessário para o enjeitado, pois a mulher do coronel era comadre de Januaría, escrava da viúva, e mãe espiritual de Lino. Segundo Venancio, especialista na história do abandono de crianças,

o apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. Através do compadrio, o enjeitado ingressava na família [...], estabelecendo relações de parentesco espiritual. Para se ter ideia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança (2002, p. 220).

Assim, podemos acreditar que a própria cativa Januaria apresentava certa relação de parentesco com Lino, via seus compadres, o que garantia para o exposto o mínimo para sua existência: o leite. Sobretudo, não descartamos a possibilidade de que a mesma cativa também fosse a ama-de-leite do pequeno Roque, filho do casal em questão, mas temos que ressaltar que a documentação não nos permite confirmar tal suspeita.

No entanto, nem a provável “boa condição financeira” do padrinho do pequeno Lino, nem a possível prática de amamentação pela sua suposta ama Januaria, muito menos a coincidência de sua madrinha poder “sustentá-lo com o seu próprio leite”, puderam salvar a vida do pequeno enjeitado. Dois meses depois de seu batismo, ele teve o mesmo destino de muitos recém-nascidos do mundo colonial português: a morte. Foi sepultado na mesma capela onde foi batizado, envolto em uma mortalha azul, não tendo o padre que encomendou o corpo feito qualquer menção ao tipo do tecido da roupa mortuária ou lugar específico de sepultamento no espaço da capela (ASSENTO DE ÓBITO, 1764, f. 11v). Supomos que a identificação do tecido da pequena mortalha e a indicação do enterramento no sagrado, poderia nos permitir vislumbrar um sentimento de apego dos receptores para com o recém-nascido morto⁷.

Em suma, se aproximarmos bem a lente da crítica histórica, temos a certeza da existência de uma complexa teia de caridade na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Contudo, mesmo “envolto” nos fios dessa teia, Lino não pôde se salvar.

Podemos supor que nesse espaço tenha funcionado uma prática informal de acolhimento familiar, pois é sabido que nessa época não existia em Natal uma Santa Casa da Misericórdia, portanto não havia uma Roda dos expostos, sendo tal situação sustentada por uma provável apatia por parte do Senado da Câmara. Pois, quando investigamos os documentos que eram registradas as reuniões dos vereadores, não foi encontrado nenhuma preocupação com os recém-nascidos abandonados (TERMOS DE VERAÇÃO, 1737-1802).

⁷ Tipos específicos de mortalhas e determinados locais de sepultamento nas capelas e matrizes ditava a importância do indivíduo na sociedade colonial (REIS, 1997).

Provavelmente o processo de abandono de crianças recém-nascidas correspondeu a um modelo de “circulação”, caracterizada pelo ato de pessoas passarem a outras pessoas a responsabilidade pela criação de um menino ou menina com poucos dias de vida, a partir de uma negociação formal ou não (FONSECA, 2006). Retomando os resultados mais amplos, sabemos que o nível de abandono no período estudado é relativamente baixo, sendo os abandonos realizados todos em domicílios, durante todo o período, de forma contínua, esparsa, e sem ocorrer acentuação da prática em nenhum momento.

Acreditamos que o processo de acolhimento dos expostos na região foi norteado pela gestação de uma rede, de parentesco e vizinhança, no qual as famílias dividiam entre si os encargos de manutenção de crianças. Supomos que os expostos representaram elos sociais, de forma que a maior parte das pessoas não estava ligada a eles por um simples acaso.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Secção de documentos manuscritos).

LIVROS DE BATISMOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO NATAL / CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

LIVRO: 1753-1755.

LIVRO: 1755-1757.

LIVRO: 1760-1761.

LIVRO: 1761-1763.

LIVRO: 1763-1765.

LIVRO: 1765-1766.

LIVRO: 1768-1770.

LIVRO: 1770-1777.

LIVRO: 1786-1795.

LIVROS DE ÓBITOS DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO NATAL /CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

LIVRO: 1760 – 1765.

LIVRO: 1762 – 1765.

LIVRO: 1767.

LIVRO: 1768.

LIVRO: 1780 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1791.

LIVRO: 1788 – 1802.

LIVRO: 1792 – 1793.

LIVRO: 1795 – 1802.

LIVROS DE VERAÇÃO DO SENADO DA CÂMARA DA CIDADE DO NATAL / CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

LIVRO: 1737 – 1738.

LIVRO: 1738 – 1752.

LIVRO: 1781 – 1784.

LIVRO: 1784 – 1790.

LIVRO: 1784 – 1793.

LIVRO: 1793 – 1802.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia F. Garcia. (Org.). *Segredos de Família*. São Paulo: Annablume/Menge-USP/Fapesp, 2002.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].

_____. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992. (Coleção Mossoroense, Série B; n. 1140).

_____. *História da cidade do Natal*. 3. ed. Natal: IHG/RN, 1999. (Col. Natal 400 anos, v. 1).

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

FONCECA, Claudia. *Caminhos da Adoção*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRANCO, Júnio Renato. *Desassistidas Minas – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado; IHG-RN, 2003. (Coleção Mossoroense, Série C; v. 1379).

LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: IHG/RN, 1998.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Vivências índias, mundo mestiço: relação interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX*. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História e Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos de. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia história e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas; CEDHAL, 1986. (Coleção Raízes).

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS FILHO, Olavo. *Terra natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MELLO E SOUZA, Laura de. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2000.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. *Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

_____. Os enjeitados da capitania do Rio Grande do Norte. In: VENANCIO, Renato Pinto. (Org.). *De Portugal ao Brasil: uma história social do abandono de crianças, século XVIII-XX*. Belo Horizonte: PUCMG; São Paulo: Alameda, 2010.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROOSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

VALDEZ, Diane. *História da infância em Goiás: século XVIII e XIX*. Goiânia: Alternativa, 2003.

VENANCIO, Renato Pinto. *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

_____. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.